

PRÁTICAS CONSTITUTIVAS DO POVOADO AÇUZINHO

Raquel Meister Ko. Freitag¹
Cristiane Conceição de Santana²
Thaís Regina Conceição de Andrade³

RESUMO

A Sociolinguística, campo dos estudos linguísticos que busca estabelecer as relações entre língua e sociedade, toma como objeto de estudo a comunidade de fala (LABOV, 1972), grupo de indivíduos que compartilha os mesmos valores associados aos usos da língua. Por outro lado, Eckert (2000) propõe o estudo da variação centrada em comunidade de prática, grupo no qual os indivíduos, ao escolherem pertencer a esta ou àquela comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais o linguístico. Apresentamos a constituição do povoado Açuzinho, no município de Lagarto/SE, sob a perspectiva de seus moradores, a fim de contribuir para os estudos sociolinguísticos no âmbito do banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013), evidenciando como o uso linguístico dos indivíduos se reflete nas relações que se constituem no interior desses espaços sociais, com a construção de uma identidade social e cultural para auxiliar nos estudos sociolinguísticos. Em uma abordagem de base etnográfica, constituímos um quadro histórico-cultural da comunidade e o agrupamento de seus moradores em função de comunidades de práticas.

Palavras-chave: Comunidades de Práticas. Sociolinguística. Povoado Açuzinho.

¹Professora do Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Letras e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rkofreitag@uol.com.br

²Graduanda em Letras-Português da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica no período de 2012-2013 (FAPITEC), 2013-2014 (CNPq/AF) e 2014-2015 (CNPq/AF). E-mail: criscc.santana@gmail.com

³Graduanda em Letras-Português da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica no período de 2012-2013 (CNPq), 2013-2014 (COPES/UFS) e 2014-2015 (COPES/UFS). E-mail: thayss_andrade@hotmail.com

ABSTRACT

Sociolinguistic is the field of linguistic studies, which show relations between language and society and take as object the community of speech (LABOV, 1972): a group that shares same values and beliefs about the language use. By other hand, Eckert (2000) suggests the study of variation as social practice, take as object the community of practice, which people shares the repertoire of practices, also linguistic. In this paper, we present the constitution of Açuzinho village, Lagarto city, Sergipe state, Brazil, in villagers' point of view. The objective is subsidies the linguistic description based on Falares Sergipanos database (FREITAG, 2013), in order to show how the linguistic use reflects in social relations between people in this village. We trace the social and cultural identities of community to help in sociolinguistic studies. In an ethnographic approach, we present the historic-cultural overview of community and the grouping of the villagers in community of practices.

Keywords: Community of practices. Sociolinguistics. Açuzinho Village.

Introdução

A Sociolinguística é o campo dos estudos linguísticos que estuda a relação entre língua e sociedade; objeto complexo que o é, requer a ampliação de seu escopo teórico e a busca por interfaces, que permitam explorar de modo mais abrangente toda essa complexidade. Fenômenos linguísticos variáveis podem funcionar como uma espécie de índice de pertencimento linguístico a um dado agrupamento de indivíduos, a comunidade de fala, definida, segundo Labov (1972), como compartilhamento de atitudes: uma comunidade de fala não é necessariamente um grupo de falantes que faz uso das mesmas formas linguísticas, mas um grupo que compartilha dos mesmos valores associados aos usos da língua, o que pode ser observado pelos julgamentos de valor (positivo ou negativo) atribuídos conscientemente pelos falantes aos usos linguísticos. Estudos de comunidades de fala, na Sociolinguística, são metodologicamente baseados em amostras com estratificação sociodemográfica ampla e subsidam generalizações estatísticas para toda a população. Tal opção metodológica, por vezes, esvai o significado social do fenômeno variável, centrando foco no seu funcionamento na estrutura linguística.

Retrospectando os estudos sociolinguísticos desenvolvidos nos últimos sessenta anos, Eckert (2012) traça um panorama dos estudos sociolinguísticos, dividindo-os não em ordem sequencial, mas em ondas, entendidas como tendências, não melhores ou superiores às outras.⁴ Os estudos de 1ª onda visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas, a partir de coleta de dados rápidas em comunidades de fala estratificadas com base em categorias sociodemográficas amplas. Estudos de 2ª onda também tomam como amostra comunidades de fala e visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas em abordagem quantitativa. No entanto, diferem da outra abordagem por seguirem uma perspectiva de base mais etnográfica, com coletas de dados que requerem maior envolvimento com a comunidade e tomam categorias sociodemográficas mais abstratas, não identificáveis em uma coleta rápida, como o julgamento de pertencimento à comunidade, valores, atitudes, etc. Os estudos de 3ª onda continuam quantitativos, valendo-

⁴ Em “Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), discutimos detalhadamente cada uma das três ondas apresentadas por Eckert (2012), com exemplos de estudos realizados no Brasil.

se da experiência metodológica das ondas anteriores. A diferença está em inverter a ordem da pergunta: não mais buscar correlação entre o padrão linguístico e as categorias sociais, mas identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico. É uma proposta de retomada do significado social da variação, mudando o foco da estrutura para a prática linguística.

Advinda do campo do aprendizado social (LAVE; WENGER, 1991), comunidade de práticas refere-se a grupo de indivíduos em interação engajados em torno de um foco de interesse que os leva a buscar o aprimoramento das habilidades. A observação de comunidades de práticas permite identificar como as variantes linguísticas assumem significado social, possibilitando estabelecer relação mais direta entre língua e significado do que em um estudo baseado em uma comunidade de fala, que, dado o seu delineamento, não permite controlar as relações entre os falantes e suas implicações na dinâmica linguística.

Em sua teoria da variação como prática social, Eckert (2000) olha para os falantes como sujeitos que, ao se inserirem em práticas sociais, constituem categorias sociais e constroem (e respondem a) o significado social da variação. Com isso, é inerente ao fenômeno de variação/mudança linguística o processo de constituição da identidade dos indivíduos, pois é nesse processo que as variáveis linguísticas assumem valor social. O estudo da variação linguística como prática social requer, além da realização de análise quantitativa, a observação dos falantes em comunidades de prática. Nesse modelo de análise, a entrevista sociolinguística mostra-se instrumento relevante não apenas para coletar dados de fala, mas também para proceder a um primeiro diagnóstico dos grupos ou comunidades formadas em torno de um empreendimento comum. As narrativas de experiência pessoal favorecidas nas entrevistas sociolinguísticas fornecem pistas sobre a relação em rede (social) dos indivíduos e sobre os grupos em que se constituem as personae ou identidades sociais (ECKERT, 2012) reconhecidas em uma localidade. Nas comunidades de prática, a liderança, por exemplo, pode dar ao líder o poder de propor inovações, até mesmo linguísticas, já que o grupo de liderados o legitima e o segue, aderindo aos comportamentos por ele adotados. É também nas comunidades de prática que se pode observar como as relações entre uso da linguagem, estilo e construção de identidade se dão para cada indivíduo.

Estudos de 3ª onda dependem de resultados identificados em análises sociodemográficas amplas, subsidiadas por bancos de dados sociolinguísticos. Mas, para observar a dinâmica das relações em microuniversos, como as comunidades de práticas, e identificar as personas, imagem social elaborada pelo falante e o modo como pretende ser compreendido pelos outros falantes nas relações intra e inter comunidade de práticas, é preciso adotar procedimentos de coleta alinhados à perspectiva microetnográfica. É a luz dessa perspectiva que apresentamos a comunidade do Açuzinho, em Lagarto/SE.

A fim de constituir o banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013), com CAAE nº 0386.0.107.000-11, uma amostra sociolinguística do português falado em Sergipe em duas dimensões de coleta, a de comunidades de fala e a de comunidades de práticas, focamos nossa identificação de comunidades de práticas em espaços constitutivos de norma.

Para entender a dinâmica social da comunidade na documentação linguística, foi necessário investir em uma abordagem etnográfica, com a observação participante. As gravações das reuniões e a realização das entrevistas foram realizadas por Cristiane Conceição de Santana (CNPq-AF) e Thais Regina Conceição de Andrade (COPES/UFS), no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica 2012/2013 e 2013/2014. A primeira pesquisadora é residente na localidade e sua avó foi membro da comunidade de práticas sob análise, o que facilitou o contato e minimizou os efeitos do paradoxo do observador. Paralelamente, foram realizadas entrevistas com vistas a coletar informações acerca da constituição da comunidade, além de investigação documental em atas e livros de registro da comunidade; tal investigação permitiu traçar o perfil da comunidade, com sua história, cultura, e tradições, do período da fundação aos dias atuais e sua relação com o município de Lagarto e do povoado Colônia Treze. Por não estar documentado formalmente, fez-se necessária a participação ativa dos moradores para esclarecer o processo de construção histórico-cultural da comunidade. Foram ouvidos José Pereira Neto, Irene Pereira Fontes, Raimunda Alves Celestino, Edvaldo Firmo de Cerqueira, Margarida do Espírito Santo Rodrigues, Iolanda Pereira Fontes, Maria Rosângela dos Santos Costa e Josefa Luiza de Santana, todos moradores e fundadores da comunidade.

Entender como se constituiu o Açuzinho e qual o papel que cada morador teve e ainda tem na comunidade é essencial para a explanação

de resultados de variação linguística, permitindo observar como a relação em rede (social) dos indivíduos e sobre os grupos em que se constituem as identidades sociais reconhecidas em uma comunidade. No caso do Açuzinho, a associação dos moradores polarizou o agrupamento da comunidade em unidades menores, comunidades de práticas, em três esferas: a escolar, religiosa e a manufatureira. A compreensão da dinâmica de cada uma delas nos permite melhor interpretar os resultados linguísticos fenômenos variáveis. Antes, vejamos o histórico de constituição da comunidade. É importante destacar que o histórico é traçado a partir do ponto de vista das fontes, ou seja, dos moradores do povoado. O ponto de vista apresentado pode nos dar pistas da relação estabelecida entre os indivíduos e a comunidade, seu sentimento de pertença e de identidade.

O Povoado Açuzinho

O território de Lagarto remonta à segunda metade do século XVI. Sua ocupação tem início em 1569, com a distribuição das sesmarias aos seus donatários (SOUZA, 2011) e a constituição do povoado de Santo Antônio, onde foi construída uma igreja inaugurada em 13 de junho de 1604. Nesse mesmo ano, começaram a surgir os primeiros engenhos de açúcar e, juntamente com eles, vieram o desenvolvimento agrícola do algodão e da cana-de-açúcar, a criação de gado e o crescimento do comércio. Esses fatores foram determinantes para o aumento do núcleo populacional da localidade, que culminou com a criação de uma freguesia; o então povoado elevou-se a essa categoria por decreto episcopal no ano de 1679; na categoria de Freguesia, era uma das maiores de Sergipe. Em 1698, a Coroa portuguesa decidiu que a freguesia se tornasse oficialmente Vila do Lagarto, que passou à categoria de cidade em 20 de abril de 1880, data oficial de sua emancipação.

O município de Lagarto está localizado na região centro sul de Sergipe, situa-se a 75 km da capital do estado e tem uma área de 969,2 km². Em 2010, contava com uma população estimada em 94.852 habitantes, dos quais 51,5% vivendo na região urbana (IBGE, 2010).

Figura 1: Localização do município de Lagarto/SE



Fonte: Wikipedia⁵

Atualmente, Lagarto tem cerca de 100 povoados, que são pequenas povoações rurais que compõem o município, alguns dos quais mais desenvolvidos economicamente, destacando-se Colônia Treze, Jenipapo, Brasília, Campo do Crioulo e Olhos d'Água, por serem grandes núcleos de produção agrícola e urbanizados.

A 15 km da sede do município de Lagarto, a Colônia Treze, até o ano de 1968, era composta por 13 localidades rurais do município, dentre elas o povoado Açuzinho (SANTOS, 2009). “O Treze”, como ficou conhecido pelos seus moradores, foi fundado em 1958 pela iniciativa de Antônio Martins de Menezes, proprietário da terra, que desejava transformá-la em uma colônia agrícola. Para cumprir seu intento, buscou junto ao Banco do Brasil apoio financeiro a fim de que fossem alocados pequenos agricultores, oferecendo-lhes imediato financiamento pela carteira rural, recursos para construção de casas e aquisição de lotes. Inicialmente, foram estabelecidos 90 colonos; em 1959 o número praticamente duplicou. No ano de 1962, a natureza não contribuiu com o desenvolvimento da localidade, pois, no inverno, uma forte tempestade destruiu 85 das 109 casas construídas, fazendo, assim, com que os agricultores ficassem desestimulados para dar prosseguimento às plantações. Muitos acabaram abandonando suas posses, gerando um estado de esmorecimento diante dos compromissos assumidos junto ao Banco do Brasil e levando a uma crise financeira que fez com que os novos proprietários temessem em contrair empréstimos junto ao Banco do Brasil. No entanto, já na

⁵ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto\(Sergipe\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lagarto(Sergipe))

condição de prefeito municipal de Lagarto, Antônio Martins de Menezes conseguiu contornar a situação, fazendo voltar os que haviam abandonado suas terras.

Em meio a tantos percalços, os agricultores, em parceria com o Banco do Brasil, constituíram, ainda em 1962, a Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze LTDA (COOPERTREZE), com apenas 20 associados. A cooperativa, além de desenvolver economicamente a Colônia Treze com sua ação na citricultura, também beneficiou os povoados circunvizinhos. Sete anos após a fundação da COOPERTREZE, os cooperados decidiram comprar o restante das terras de. Antônio Martins Menezes, e lotearam-na entre os primeiros associados. Logo após, deu-se início a fundação do povoado Açuzinho⁶.

Figura 2: Limites e principais povoados do Município de Lagarto/SE



Fonte: Digitalização: Hinaldo Lima

⁶Como dissemos anteriormente, nosso propósito é apresentar a comunidade de Açuzinho sob a perspectiva de seus moradores. Ao tratar da citricultura em Sergipe, Lopes (2008) apresenta o quadro precário em que a COOPERTREZE se encontra atualmente, em estado de falência, mas ressalta que isto não tira “o brilho de sua atuação, seja na prestação de serviços e apoio direto aos produtores e elas associados, sejana mobilização e organização deles nos vários enfrentamentos que tiveram com o governo estadual e com as fábricas de suco concentrado de laranja” (LOPES, 2008, p. 52). A COOPERTREZE já chegou a ter em seu quadro de associados quatro mil agricultores e, desde “1996, em razão do seu forte endividamento com bancos e com o governo, tem sido impedida de prestar quaisquer serviços aos seus associados” (LOPES, 2008, p. 53).

O povoado Açuzinho fica a aproximadamente 7 km da Colônia Treze e a 19 km da sede do município de Lagarto. Segundo a agente de saúde Maria Rosângela dos Santos Costa, o Açuzinho conta com cerca de 1.020 habitantes, conforme um censo realizado no ano de 2011 pela própria para fins de mapeamento de saúde.

Segundo relato de um dos moradores mais antigos do povoado, José Pereira Neto, conhecido como José Tanjará, e de sua filha, Irene Pereira Fontes, os primeiros moradores chegaram ao povoado entre os anos de 1969 e 1970, influenciados pelos benefícios que a COOPERTREZE proporcionara. Florêncio Serafim dos Santos, Dionísio Marcelino Garcia, José Serafim dos Santos (falecidos), e José Pereira Neto foram os primeiros a chegarem às terras do Açuzinho. Eles adquiriram esta área e abriram lotes para então serem vendidos para os associados da cooperativa que não possuíam terras e para moradores de comunidades vizinhas e municípios próximos a Lagarto, como Riachão do Dantas e Boquim, para que a área fosse explorada na atividade agrícola.

Com o passar dos anos, o Açuzinho começou a se constituir como povoado, com o desenvolvimento de infraestrutura. As primeiras famílias que se estabeleceram no local usavam a água de riachos e nascentes para suprirem as necessidades básicas e utilizavam a candeia e o lampião para iluminar a casa durante a noite. Só no ano de 1978 a luz elétrica foi implantada na localidade pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Cento Sul de Sergipe (CERCOS), situada na Colônia Treze. Já o abastecimento de água só veio a acontecer em 1990, pela companhia de saneamento de Sergipe (DESO).

Figura 3: Pedra da Alegria, marco da inauguração do abastecimento de água, em 1990, com Edbaldo Contreira Celestino.



Fonte: acervo pessoal de Raimunda Alves Celestino.

Conforme relata José Tanjará, o primeiro nome do povoado foi Açú, mas como já existia uma povoação anterior com o mesmo nome, o mesmo nome para dois povoados diferentes acabou causando confusões e transtornos para ambos. Como todas as quartas-feiras aconteciam reuniões na sede da COOPERTREZE, os associados do novo povoado expuseram a necessidade de renomeá-lo, pois os moradores das comunidades vizinhas confundiam-se quando tinham que fazer as entregas de produtos agrícolas. Ainda segundo José Tanjará, no momento da escolha do nome, alguns moradores sugeriram Açú Novo, pois já existia o Açú Velho; nessa primeira tentativa não houve consenso. Em outro momento, foi sugerido o nome Açuzinho, sugestão aceita e aprovada por todos.

Figura 4: José Pereira Neto, “Tanjará”, primeiro morador do povoado Açuzinho





Fonte: acervo pessoal de Irene Pereira Fontes.

A associação de moradores do Açuzinho

A abordagem etnográfica permitiu-nos identificar lideranças na comunidade, como na constituição de uma associação de moradores. Segundo manuscritos de Irene Pereira Fontes (notas pessoais com o objetivo de registrar uma breve história do povoado e colaborar com o ensino de cultura sergipana na escola), a associação de moradores “Associação Comunitária Açuzense” foi fundada em 1986, e serviu de modelo para outras comunidades vizinhas. Seu corpo diretivo foi composto inicialmente por Edbalvo Contreira Celestino, conhecido como Bado, presidente, Margarida do Espírito Santo Rodrigues, secretária, e Raimundo José dos Santos, tesoureiro. Associações comunitárias têm como objetivo organizar e centralizar forças de moradores de uma determinada comunidade para representar, de maneira mais eficaz, interesses comuns. A criação de associações é motivada pela necessidade de melhores condições de infraestrutura, transporte, segurança, lazer, educação, dentre outros fatores, em vista da precariedade de políticas públicas.

Figura 5: Prédio da Associação Comunitária Açense, 1986.



Fonte: acervo pessoal de Raimunda Alves Celestino.

De acordo o relato de Irene Pereira Fontes, que vivenciou a transformação da comunidade, foi por meio da Associação Comunitária Açense e da ajuda dos moradores que o presidente Edbalvo Contreira Celestino conseguiu trazer benefícios para o Açuzinho: o primeiro foi a construção do prédio da associação, inaugurado em 1986; no ano seguinte, Bado conseguiu que a DESO iniciasse a implantação da rede de abastecimento de água no local. Em 187, foram inaugurados cinco prédios – o posto telefônico, o posto de correios, o aviário comunitário, a casa de farinha e a creche Maria Inês de Jesus – para beneficiar os moradores da comunidade, adquiridos com recursos angariados pela Associação Comunitária Açense. O terreno onde foram construídos estes prédios foi comprado de José Tanjará pela Prefeitura de Lagarto. Em 1992, as primeiras urnas eleitorais foram implantadas na escola Argentina, para as eleições de prefeito e vereador do município de Lagarto.

Figura 6: Aviário comunitário, 1987, com Edbaldo Contreira Celestino.



Fonte: acervo pessoal de Raimunda Alves Celestino.

Figura 7: Creche Maria Inês de Jesus , 1987.



Fonte: acervo pessoal de Raimunda Alves Celestino.

Figura 8: Posto de Correios, 1987, com Raimunda Nonata Rodrigues, Edbaldo Contreira Celestino.



Fonte: Raimunda Alves Celestino.

Figura 9: Posto telefônico, 1987.



Fonte: acervo pessoal de Raimunda Alves Celestino.

Bado teve grande influência na comunidade: mesmo não tendo estudado muito, sua força de vontade e conhecimento adquiridos na vida foram direcionados em prol desta comunidade, sendo ele o responsável por intermediar muitas das obras realizadas no povoado, com a negociação de recursos junto aos prefeitos e deputados para que o Açuzinho obtivesse progresso.

Raimunda Alves Celestino, viúva de Bado, relata que seu marido era um homem de fibra e garra, que chegou ao Açuzinho em 8 de dezembro de 1978. Ele participou do mutirão para a construção da igreja católica e, a partir desse momento, começou a angariar recursos para a infraestrutura do povoado junto aos bancos e órgãos públicos.

Logo após ser fundada a Associação Comunitária Açuzense, Bado incorporou às ações da associação a prática de cursos, palestras sobre culinária e até cursos de corte e costura, dos quais sua esposa era a professora. Já no ano de 2002, Bado buscou recursos e financiamentos para a implantação de uma mini-fábrica de confecção e para a aquisição de um veículo que ficou à disposição da comunidade para auxiliar em viagens ao hospital, à maternidade e à capital.

Bado fazia viagens a Aracaju todas as terças-feiras, a fim de resolver problemas dos moradores e do povoado. No dia 4 de setembro de 2007, em uma dessas viagens que fazia como de costume, ele se envolveu num acidente que o levou a óbito; no carro, havia mais quatro pessoas que sofreram ferimentos leves. O acidente chocou a comunidade, que não conseguiu sustentar a associação sem seu principal representante: hoje o aviário não existe mais, no lugar do posto telefônico e dos Correios funciona o posto comunitário de saúde, os prédios da creche, da mini-fábrica de confecção e da associação estão fechados e precisam de reforma. A associação mudou o nome para Associação Santa Rita do Açuzinho e hoje está voltada apenas para prática do artesanato, tendo como atual presidente Raimunda Alves Celestino, viúva de Bado, uma de nossas informantes no banco de dados Falares Sergipanos. Seu papel de liderança se reflete, inclusive, linguisticamente (FREITAG, a sair).

A organização em associação impulsionou a constituição de comunidades de práticas (entendidas como grupos de indivíduos em interação engajados em torno de um foco de interesse que os leva a buscar o aprimoramento das habilidades) em três campos: escolar, religioso e manufatureiro.

Organização em torno de práticas escolares

Conforme relata Margarida do Espírito Santo Rodrigues, antes mesmo da criação da associação de moradores já havia na comunidade a prática escolar: as crianças do povoado Açuzinho estudavam com ela, que, na época, era a única moradora da comunidade que tinha o ensino

fundamental completo. Margarida do Espírito Santo Rodrigues conta que recebeu a proposta dos próprios moradores para lecionar, com a ajuda da COPERTREZE, que doou os bancos e o quadro para que as aulas acontecessem num depósito anexado a casa dela. Só em 1974 é que foi construída a Escola Municipal Argentina, que visava atender à crescente comunidade do povoado.

De acordo com Iolanda Pereira Santana do Nascimento, que foi uma das primeiras moradoras a estudar na Escola Municipal Argentina, Margarida do Espírito Santo Rodrigues teve grande participação na constituição da educação e da religiosidade da comunidade. Iolanda conta que, após a construção da escola, duas novas professoras foram contratadas pela prefeitura: “Dona Eralda” e “Dona Finha”, como eram conhecidas. Antes mesmo da construção da escola, a merenda era doada pelos moradores da comunidade; depois de sua inauguração, em 1975, a prefeitura de Lagarto ficou encarregada de distribuir a merenda.

Iolanda relata que o nome da escola foi escolhido por causa de investimento de países estrangeiros em municípios sergipanos para a construção de escolas, e em homenagem aos países que aderiram a este projeto, o prefeito da época, João Almeida Rocha, colocou o nome de Escola Municipal Argentina. Há mais seis escolas com nomes de países no município de Lagarto. Hoje Iolanda Pereira Santana do Nascimento é professora da rede municipal de ensino de Lagarto há 27 anos e conta que, por 10 anos, lecionou na escola Argentina.

Organização em torno de práticas religiosas

Constância Alves Santana, esposa de Tanjará e uma das moradoras mais antiga da região, relata que, logo no início da povoação do Açuzinho, as primeiras famílias que chegaram ao povoado trouxeram das localidades onde moravam seus costumes religiosos, mas como no Açuzinho ainda não havia nenhuma manifestação religiosa, as pessoas que costumavam ir à igreja tinham que se deslocar para o Treze, para assistirem às missas que eram realizadas na capela de Santa Luzia. No entanto, o acesso ao Treze era muito difícil, uma vez que não havia transporte coletivo para tal localidade na época.

Diante dessas dificuldades, os moradores do Açuzinho, principalmente as mulheres, começaram a formar grupos religiosos que rezavam rosários e novenas para santos da igreja católica. Esses grupos foram

crecendo e atraindo muitas pessoas do povoado e, com isso, o vigário paroquial, Padre Mário, começou a participar desses eventos e a celebrar missas mensalmente no povoado. Como não havia um lugar específico, as celebrações aconteciam nas casas dos próprios moradores. Ainda segundo conta Constância, a primeira missa celebrada na comunidade foi no ano de 1971, em sua casa. No ano de 1974, as manifestações religiosas passaram a acontecer no prédio da Escola Municipal Argentina, onde, além das novenas nos dias de santos e missas mensais, havia também a celebração de cultos dominicais.

Tal cenário mostrou a urgência de se construir uma igreja, cujo terreno fora doado por Tanjará: em 1980, em mais uma ação coletiva da comunidade, foi erguida no Açuzinho a igreja católica Santa Rita de Cássia.

Figura 10: Construção da Igreja Santa Rita, 1980.



Fonte: acervo pessoal de Josefa Luiza de Santana.

Figura 11: Igreja Santa Rita de Cássia. 2013.



Fonte: Acervo de pesquisa.

A escolha da padroeira foi determinada pelo Pe. Mario Rino Sivieri, natural da Itália, que à época era pároco de Lagarto e participou ativamente da constituição religiosa do município, construindo capelas nas comunidades. Os moradores do Açuzinho também tiveram participação no momento da escolha da padroeira do povoado: Santa Rita de Cássia, conhecida como santa das causas impossíveis e desesperadas, foi escolhida como a padroeira do povoado Açuzinho. Desde a construção da igreja começaram a se formar grupos religiosos: o primeiro foi o Sagrado Coração de Jesus, que já participava da organização da novena e festa de Santa Rita, realizada entre os dias 13 a 22 de maio, depois foram surgindo outros grupos, dentre os quais a Legião de Maria.

Segundo o Manual Oficial da Legião de Maria (1993), Legião de Maria é uma associação de católicos, fundada por Frank Duff, em Dublin, na Irlanda, em 7 de junho de 1889, que com aprovação da igreja se constituiu em Legião para servir na guerra perpetuamente travada pela igreja contra o mal existente no mundo. O primeiro alistamento dos legionários de Maria realizou-se em MyraHouse, Francis Street, Dublin, Irlanda, às 20h do dia 7 de setembro de 1921, véspera da festa da natividade de Nossa Senhora. A organização ficou conhecida no início como “Associação de Nossa Senhora da Misericórdia”, em virtude do primeiro grupo ter tomado o título de Senhora da Misericórdia. A Legião de Maria é organizada em conselhos hierárquicos: os *Praesidia* servem às *Curia*, que servem aos

Comitia, que têm ligação com as *Regia* que, por sua vez, prestam serviço aos *Senatus*, que servem aos *Concilia*. Os nomes em latim referem-se a Roma Antiga, já que a Legião se espelha na organização do exército romano.

Petronila da Conceição Santos Souza, à época com 44 anos, foi a responsável por trazer do povoado Pé da Serra para o Açuzinho – ambos no município de Lagarto – o movimento religioso Legião de Maria. No dia 2 de outubro de 1988, realizou-se a primeira reunião do *Praesidium* Rosa Mística da Legião de Maria na Igreja Santa Rita de Cássia, povoado Açuzinho – paróquia Santa Luzia Colônia Treze – Lagarto, Sergipe. Nesta reunião, estavam presentes 26 membros, sendo 4 oficiais. Edvaldo Firmo de Cerqueira, já engajado em outros movimentos religiosos, foi o primeiro presidente do grupo e assumiu essa função durante 10 anos; à época ele tinha 47 anos e era lavrador.

Em 1988, os trabalhos se resumiam em visitar pessoas doentes na comunidade, rezar com elas o terço de Nossa Senhora e participar de eventos religiosos da comunidade. Dez anos depois, houve a necessidade do desmembramento; assim, formou-se o grupo “Mãe da Divina Graça”, em seguida “Maria três vezes admirável”, Mãe castíssima e, o mais recentemente fundado, o grupo juvenil “Rainha das virgens. Os grupos religiosos foram se multiplicando e se espalharam pela paróquia Santa Luzia, Colônia Treze. Com o passar do tempo, esse movimento cresceu muito, e hoje há mais de 20 *Praesidia* e três *Curia* (uma delas é a Santíssima Trindade, situada também no Açuzinho), que prestam serviço a um *Comitium* na cidade de Lagarto, que abrange a região centro-sul de Sergipe, e que, por sua vez, tem relação com a única *Regia* do Estado, situada na capital Aracaju, subordinada ao *Senatus* do Brasil, situado em São Paulo, todos com denominações referentes a Maria.

Figura 12: Grupo religioso Mãe da Divina Graça, em 2013, com Edvaldo Firmo de Cerqueira, Maria Messias do Nascimento, Raimunda Rodrigues dos Santos, Edvanda Cerqueira.



Fonte: acervo de pesquisa.

Embora esta organização seja muito forte na comunidade, existem outros grupos religiosos, como o movimento da Mãe Rainha, o ECC (Encontros de Casais com Cristo), as pastorais da família, do dízimo e da Catequese. Há também a influência de igrejas evangélicas na comunidade, como a Adventista do 7º dia, Assembleia de Deus, entre outras. A maioria dos moradores da comunidade está engajada em grupos religiosos; essa comunidade carrega uma grande tradição voltada para a prática religiosa, principalmente demandada pela igreja católica.

Organização em torno de práticas manufatureiras

O artesanato, em especial o bordado à mão “ponto cruz”, é muito significativo para o povoado Açuzinho e se constitui numa tradição que acompanha gerações. Segundo manuscritos de Irene Pereira Fontes, no ano de 1979 chegaram ao povoado Açuzinho algumas famílias cujas mulheres tinham aprendido a bordar muito cedo. Uma dessas mulheres é Raimunda Alves Celestino, que aprendeu a bordar aos 10 anos de idade, atividade ensinada pela mãe que fazia os enxovais para as filhas mais velhas. Tempos depois, a comunidade acolheu mais famílias, dentre as quais chegaram duas jovens que bordavam para uma senhora, no centro da cidade de Lagarto. As duas jovens e Raimunda Alves Celestino se juntaram e passaram ensinar corte, costura e bordado para as mulheres da comunidade.

Logo após ter sido fundada a Associação Comunitária Açuense, os associados decidiram doar o restante do dinheiro que sobrou da construção para as bordadeiras comprarem tecido e linho. Após essa doação, elas formaram um grupo e começaram a bordar, “com um olhar muito apurado aos detalhes de cada peça, habilidade e muita paciência”, segundo Raimunda Alves Celestino. Esse grupo de bordadeiras chegou a contar com a participação de 80 mulheres que, além de trabalharem com o artesanato, também desempenhavam o papel de donas de casa e muitas delas iam à roça para ajudar os seus maridos no sustento da família. No entanto, apesar da ampla jornada de trabalho que elas tinham de enfrentar todos os dias, o seu empenho pela atividade que desenvolviam não era bem recompensado. Seus bordados eram comercializados no Centro de Turismo da cidade de Aracaju por um preço muito baixo, os compradores (comerciantes), por sua vez, revendiam os artesanatos para os turistas por um preço muito mais alto.

No ano de 2000, foi criada a associação comunitária Santa Rita do Açuzinho, a qual se voltava para atender às necessidades das bordadeiras, que buscaram orientações e apoio do SEBRAE e da ENDAGRO, em parceria com o Banco Nordeste e o Banco do Brasil. Esses órgãos as apoiaram com os custos dos produtos, ofereceram cursos de aperfeiçoamento, instruíram-nas quanto à organização e trabalho em equipe e ensinaram-nas a lidar com técnicas de vendas, fazendo delas mulheres empreendedoras.

Atualmente, o grupo de artesãs está reduzido a vinte membros, que participam de eventos culturais e de feiras expositivas. Porém, o

sistema de comercialização ainda não é o desejável, uma vez que os produtos só são vendidos individualmente e por meio das feiras estaduais e nacionais. A pessoa responsável por comercializar os produtos nessas feiras é a artesã Raimunda Alves Celestino, a presidente da associação. O número médio de peças produzidas no mês é de 50 peças e isso depende muito do tamanho e do tipo de confecção.

Santos (2005) sugere que o modo de produção e de comercialização das artesãs sofre com a falta de capital de giro, de gerenciamento, de mecanismos de comercialização e divulgação. No mundo da globalização, com grandes empresas industriais e comerciais, o reconhecimento das atividades manuais e das expressões culturais tradicionais precisa ser priorizado e valorizado.

Figura 13: Bordadeiras e bordados do Açuzinho, com Maurina Fontes, Daiane Celestino, Maria de Fátima Soares, Lúcia Celestino.



Fonte: Acervo de Pesquisa. Irene Pereira Fontes, 2013.

Considerações finais

A documentação linguística está atrelada à perspectiva da Sociolinguística – campo dos estudos linguísticos que busca estabelecer as relações entre língua e sociedade. Labov (1972) toma como objeto de estudo a comunidade de fala, que não é um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas linguísticas, mas um grupo que compartilha os mesmos valores associados aos usos da língua, o que pode ser observado, por exemplo, pelos julgamentos de valor (positivo ou negativo) atribuídos conscientemente pelos falantes aos usos linguísticos. Por outro lado, Eckert (2000) propõe o estudo da variação centrada nas comunidades de prática, nas quais os indivíduos, ao escolherem pertencer a esta ou àquela comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais as práticas linguísticas.

A observação de comunidades de práticas permite identificar como as variantes linguísticas assumem significado social, possibilitando estabelecer relação mais direta entre língua e significado do que em um estudo baseado em uma comunidade de fala, que, dado o seu delineamento, não permite controlar as relações estabelecidas entre os falantes e suas implicações na dinâmica linguística. A pesquisa de campo de base etnográfica, com a coleta de relatos dos moradores mais antigos do povoado Açuzinho, permitiu constituirmos o quadro histórico, ressaltando a perspectiva dos moradores e o seu engajamento em práticas. Como contrapartida à comunidade, por ser a escrita uma maneira de perpetuar a história, contribuimos para registrar a história do Açuzinho.

Referências

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 87-100, 2012.

FREITAG, R. M. K. Banco de dados falares sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, p. 156-164, 2013.

FREITAG, R. M. K. **Covariação em uma comunidade de práticas**. A sair.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LOPES, E. S. **O gosto amargo da fruta: crise na citricultura sergipana e (des) organização dos produtores**. Relatório de Pesquisa. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SANTOS, C. M. Famílias rurais e o desempenho de atividades complementares no povoado Açuzinho, Lagarto/SE. In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, D. M. A. **Entre o medo e a esperança: o impacto da criação da Coopertreze para o povoado Colônia Treze em Lagarto (1962-1982)**. Monografia. Faculdade José Augusto Viera, Lagarto, 2009.

SOUZA, I. S. **Mandiocultura, Produção do Espaço e Pequena Produção Familiar no Município de Lagarto/SE**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.